

SEÇÃO: ARTIGOS

TRABALHO DOCENTE EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E ADOECIMENTO MENTAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Taís Cordeiro Campos¹,

Renata Meira Vêras², Tânia Maria de Araújo³

RESUMO

Pesquisas indicam que as novas configurações do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras têm sido caracterizadas por um importante quadro de precarização do trabalho, com intensificação da jornada diária, flexibilização das relações trabalhistas, sobrecarga de trabalho, escassez de financiamento, excesso de controle institucional e sucateamento da infraestrutura. Tal quadro vem gerando impactos negativos não apenas na rotina de trabalho, mas também na saúde mental dos docentes. Dentre tais impactos, destacam-se as elevadas taxas de prevalência de Síndrome de *Burnout* e de Transtornos Mentais Comuns encontradas em pesquisas epidemiológicas envolvendo tais profissionais. Nesse cenário, esta revisão visa analisar a atividade docente, em seus elementos constitutivos, desempenhada nas universidades públicas brasileiras e relacioná-la ao adoecimento mental, especialmente à Síndrome de *Burnout* e aos Transtornos Mentais Comuns.

Palavras-chave: Docentes. Universidades. Esgotamento Profissional. Transtornos Mentais.

Como citar este documento – ABNT

CAMPOS, Taís Cordeiro; VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria de. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 10, e015193, p. 1-19, 2020 DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15193>.

Recebido em: 23/09/2019
Aprovado em: 01/11/2019
Publicado em: 12/02/2020

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, BA, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0265-9701>. E-mail: taiccampos@gmail.com.

² Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1681-1401>. E-mail: renatameiraveras@gmail.com.

³ Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, BA, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2766-7799>. E-mail: araujo.tania@uefs.br.

TRABAJO DOCENTE EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEÑAS Y ADOECIMIENTO MENTAL: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

RESUMEN

La investigación indica que las nuevas configuraciones del trabajo docente en las universidades públicas brasileñas se han caracterizado por una imagen importante del trabajo precario, con la intensificación de las horas de trabajo diarias, la flexibilidad de las relaciones laborales, la sobrecarga de trabajo, la falta de fondos, el control institucional excesivo y el desguace de infraestructura. Tal imagen ha estado generando impactos negativos no solo en la rutina laboral, sino también en la salud mental de los docentes. Entre tales impactos, destacamos las altas tasas de prevalencia de Agotamiento Profesional y Trastornos Mentales Comunes encontrados en la investigación epidemiológica que involucra a dichos profesionales. En este escenario, esta reseña tiene como objetivo analizar la actividad docente, en sus elementos constitutivos, realizada en universidades públicas brasileñas y relacionarla con la enfermedad mental, especialmente con el Agotamiento Profesional y los Trastornos Mentales Comunes.

Palabras clave: Docentes. Universidades. Agotamiento Profesional. Trastornos Mentales.

THE TEACHER'S WORK IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES AND MENTAL DISEASE: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT

Researches show that the new configurations of teacher's work in the Brazilian public universities have been characterized by a significant situation of precarious work, with intensification of the working hours, flexibilization of labor relations, work overload, financing shortage, excess of institutional control and poor infrastructure. This situation has been generating negative impacts not only on the work routine, but also on the teachers' mental health. Among these impacts, the high prevalence rates of *Burnout* Syndrome and Common Mental Disorders found in epidemiological research involving such professionals stand out. In this scenario, the present bibliographic review aims to analyze the teaching activity; in its constituent elements, performed in Brazilian public universities, and relate it to mental illness, especially to *Burnout* Syndrome and Common Mental Disorders.

Keywords: Teachers. Universities. Professional Exhaustion. Mental Disorders.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o docente universitário vem sofrendo os impactos das transformações operadas na sociedade e na universidade em sua dinâmica de trabalho (BORSOI, 2012; GUIMARÃES; CHAVES, 2015; MOURA *et al.*, 2019). Algumas dessas transformações ocorreram no contexto das políticas neoliberais que alteraram significativamente o processo do trabalho e o sistema de gestão das universidades federais, a partir da década de 1990 (LEMOS, 2011; 2014). Neste cenário neoliberal, o conhecimento é visto como base para a produção de novas tecnologias e inovações em busca de acumulação do capital. Desta forma, as políticas, programas e ações buscam adequar o campo científico e educacional, em especial na educação superior, ao campo econômico (PAZ; OLIVEIRA, 2018).

Como reflexo dessas transformações, observou-se que a escassez de financiamento contínuo pelo Estado, a constituição da venda de “mercadorias-conhecimento” como assessorias, pesquisas e produtos técnicos para entidades privadas, a implantação de processos avaliativos complexos, dentre outros aspectos, tornou-se alicerces do ensino superior (LOPES, 2006). Instalou-se, assim, um processo de precarização do trabalho docente com sobrecarga de função, intensificação do trabalho, excesso de controle institucional e aumento da jornada de trabalho que, muitas vezes, estende-se aos momentos de descanso e lazer, comprometendo a saúde dos docentes (LEMOS, 2014). Tal quadro vem se agravando com o novo cenário político de intensa desvalorização, desapropriação e desqualificação do trabalho docente manifestadas nas ações do Estado (MOURA *et al.*, 2019).

Em decorrência das transformações sociais, das reformas educacionais e da implantação de novos modelos pedagógicos, o docente está exposto a diversos estressores ocupacionais no seu cotidiano de trabalho (DIEHL; MARIN, 2016). A pressão constante sobre o docente gerada pelos processos de qualificação, carreira, geração de resultados, submissão a políticas públicas burocráticas e a carga de trabalho excessiva, sem reconhecimento ou recompensa, impactam significativamente a saúde psíquica do docente (FORATTINI; LUCENA, 2015). Nesta perspectiva, o novo fazer docente, permeado pela precarização do trabalho, tem levado esse profissional a apresentar sinais de adoecimento físico e/ou mental (CRUZ *et al.*, 2010).

O adoecimento mental do docente é um problema de saúde pública, levando em conta as expressivas taxas de sofrimento psíquico verificadas em pesquisas envolvendo a categoria profissional, sendo os transtornos mentais e comportamentais um dos principais grupos de queixas de saúde entre os docentes (ARAÚJO; CARVALHO, 2009). Além disso, tal quadro gera impactos sociais e econômicos, considerando que os transtornos mentais e comportamentais estão entre as principais causas de afastamento do trabalho, configurando a terceira principal

causa de concessão do benefício auxílio-doença por incapacidade laborativa no Brasil (SILVA-JUNIOR; FISCHER, 2015).

Dentre os transtornos mentais, a Síndrome de *Burnout* e os Transtornos Mentais Comuns (TMC) destacam-se pela elevada frequência com que acometem os docentes, estando entre os grupos de transtornos que mais afetam os docentes de ensino superior no Brasil (ARAÚJO; CARVALHO, 2009; FORATTINI; LUCENA, 2015; GARCIA; BENEVIDES-PEREIRA, 2003).

Considerando o exposto acima, a presente revisão bibliográfica visa analisar a atividade docente, em seus elementos constitutivos, desempenhada nas universidades públicas brasileiras e relacioná-la ao adoecimento mental. Para tanto, o estudo foi estruturado em dois tópicos: o primeiro aborda a universidade e o trabalho docente com enfoque nas transformações que ocorreram nas últimas décadas na rotina de trabalho e o segundo aborda o adoecimento mental em docentes universitários, especificamente a Síndrome de *Burnout* e os TMC.

A UNIVERSIDADE E O TRABALHO DOCENTE

As primeiras universidades no mundo surgiram ao redor do Mediterrâneo, no século XI, sendo Bolonha, Paris e Oxford os centros urbanos medievais onde se organizaram essas primeiras instituições. No Brasil, o surgimento do ensino superior foi mais tardio surgindo a primeira instituição apenas em 1808, a Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar fundada na Bahia (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012). Mas foi apenas na década de 1930 que se iniciou a implantação de projetos institucionais conformados efetivamente como universidade, na cidade de São Paulo – Universidade de São Paulo (USP) – e na cidade do Rio de Janeiro – Universidade do Distrito Federal (ALMEIDA FILHO, 2016). A USP é considerada a primeira universidade brasileira, instituída em 1934 (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012).

Do surgimento das primeiras universidades brasileiras até os dias atuais houve um aumento significativo do número de instituições de ensino superior, sendo que nas últimas décadas esse crescimento foi mais acentuado, principalmente no setor privado. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existem 2.364 instituições de ensino superior, sendo que apenas 295 são públicas (107 federais, 120 estaduais e 68 municipais) e 2.069 particulares. Desse total (2.364), 195 são caracterizadas como universidades, sendo 107 públicas (63 federais, 38 estaduais e seis municipais) e 88 privadas (BRASIL, 2016).

A universidade ao longo dos anos passou por transformações tendo como principal marco a crise de acumulação do capital, ocorrida em âmbito internacional no início da década de 1970.

Como consequência, houve uma queda significativa nos ritmos de crescimento das economias capitalistas que levou a ações que modificaram o mundo do trabalho. No Brasil, uma das soluções encontradas para recuperação da capacidade de reprodução do capital, que impactou diretamente na universidade, foi a transferência de serviços públicos para a esfera privada com a expansão da educação superior pela via privada e introdução, nas instituições públicas, de uma tendência crescente de mercantilização da educação superior (BOSI, 2007).

Atualmente este quadro se perpetua e tem tomado uma dimensão crescente. O novo cenário político tem sido marcado por expressivos cortes na Ciência e Tecnologia, especialmente na pós-graduação, e no orçamento das universidades destinado a gastos não obrigatórios como pagamentos de água e energia. Além do contingenciamento nas instituições públicas, observa-se a intensificação da mercantilização da educação através da facilitação da ampliação das universidades privadas (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2019).

O novo modelo social impulsionado pelo processo de globalização neoliberal trouxe, dentre outras consequências, a inserção de valores mercantis no campo da educação superior, reorganizando seu funcionamento, especialmente nas universidades públicas (LOPES, 2006). A mercantilização da educação é um processo contraditório, considerando a concepção de universidade pública, sendo esta uma das principais dimensões da crise pela qual passa a produção do conhecimento científico e o papel da universidade (LEMOS, 2014). Os valores mercantis são incoerentes com os valores ideológicos, científicos, estéticos e culturais da universidade, os quais não podem ser subordinados ao reducionismo e padronização de processos produtivos característicos de bens e mercadorias dominantes na lógica da sociedade de mercados (ALMEIDA FILHO, 2016). Além de comprometer a autonomia de pensar a sociedade e a sua identidade, traz consequências importantes para o desenvolvimento do trabalho docente (LEMOS, 2014).

Pesquisas apontam que, em decorrência da mercantilização da educação, baseada no produtivismo e lucratividade, passaram a compor o cenário laboral do docente algumas características do mundo do trabalho voltadas para o capital que estão intrinsecamente relacionadas, como a precarização, flexibilização, alienação e intensificação do trabalho (BORSOI, 2012; BOSI, 2007; GUIMARÃES; CHAVES, 2015; LEMOS, 2011; LOPES, 2006; MANCEBO, 2007, MOURA *et al.*, 2019).

É visível a precarização do trabalho docente nas grandes universidades públicas e seu aumento tem como causa primeira a progressiva erosão do volume de recursos públicos destinados ao financiamento da universidade. Em resposta ao enxugamento orçamentário, as contratações temporárias de professores substitutos tornaram-se uma alternativa econômica para o aumento do quadro docente. Essas (sub)contratações são formas de flexibilização dos

contratos trabalhistas e das relações de trabalho e geram efeitos negativos na docência ao intensificar o regime de trabalho, aumentar o sofrimento subjetivo, paralisar a mobilização coletiva e aprofundar o individualismo, atingindo tanto docentes substitutos quanto efetivos (MANCEBO, 2007). Atualmente a tendência é que haja aumento no número de substitutos nas instituições públicas de ensino superior devido a ampliação do processo de terceirização e dos sucessivos cortes de verbas na educação, reflexo da lógica neoliberal de flexibilização e desregulamentação (GUERRA; ROCHA, 2019).

Os cortes dos recursos públicos também forçaram as universidades públicas a se descaracterizarem como públicas e gratuitas ao buscarem outras fontes de financiamento, como consultorias, convênios, ofertas de cursos pagos e associação a empresas para arrecadação financeira (LIMA; LIMA-FILHO, 2009). Nesta perspectiva, os docentes passam a desempenhar função de captação de recursos externos a fim de viabilizar seu trabalho (MANCEBO, 2007).

Outra importante dimensão da precarização do trabalho docente é o excesso de controle institucional sobre o cotidiano e o padrão de qualidade desse trabalho, o que representa uma perda progressiva da autonomia no fazer acadêmico, muitas vezes não percebida pelos docentes (LEMONS, 2011). No meio acadêmico passou-se a adotar sistemas de metas para atender às demandas das instituições que financiam, regulam, avaliam e controlam as atividades de pesquisa e pós-graduação nas universidades, direcionando a atividade docente (BORSOI, 2012). Nesta lógica, o docente é avaliado e valorizado pela inserção na pós-graduação, pela captação de recursos financeiros e bolsa de produtividade em pesquisa que ele consegue por méritos próprios, pelo número de orientações, artigos e livros publicados (BOSI, 2007). Ou seja, a valorização baseia-se em critérios quantitativos definidos pelos interesses do mercado e a qualidade da produção acadêmica é avaliada pela quantidade de produções e valores monetários agregados a ela; neste contexto, diferencia-se quem é produtivo de quem não é (BOSI, 2007; LIMA; LIMA-FILHO, 2009). Diante disso, o ensino e a formação de profissionais parecem estar perdendo espaço para a pesquisa e publicação, não importando quão relevantes sejam do ponto de vista científico ou social (BORSOI, 2012).

O resultado deste processo é o crescimento vertiginoso da produção e da produtividade acadêmica, cujo objetivo se encerra no próprio ato produtivo, isto é, ser e sentir-se produtivo, surgindo uma identidade docente diferenciada por status e prestígio (BOSI, 2007). Com o surgimento de instrumentos cada vez mais sofisticados, desenvolvidos pelo capital para subordinar o trabalhador e forçá-lo a vivenciar uma condição de trabalho deteriorada cotidianamente nas organizações, instalou-se um processo de alienação docente (LEMONS, 2011). Assim, os docentes se sentem cada vez mais pressionados a produzir, e esta pressão não é exercida apenas pela instituição ou pelos órgãos de fomento, os próprios docentes

“cobram”, ainda que veladamente, publicações e produções entre si, gerando um ambiente de competição. Essa dinâmica tem representado na rotina do trabalho não apenas a naturalização e identificação da situação como um padrão, inerente à profissão docente, mas também a necessidade de se inserir e se adaptar, tendo em vista que os meios de produção acadêmica frequentemente são concentrados e disponibilizados para as áreas que mais produzem (BOSI, 2007; LOPES, 2006).

O processo de precarização nas universidades públicas também foi favorecido pela expressiva ampliação do número de vagas ofertadas no ensino superior, que ocorreu de forma mais intensa a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (GUERRA; ROCHA, 2019). Tal programa foi criado através do Decreto nº 6.096/07, do Governo Federal, tendo como metas a expansão através da duplicação da oferta de vagas no ensino superior público, além da redução da evasão e repetência (FORATTINI; LUCENA, 2015). Nos últimos anos houve aumento significativo no número de discentes que ingressaram nas universidades em decorrência da ampliação das matrículas. Dados do INEP mostram que em 2006 ingressaram 284.911 discentes em cursos de graduação presenciais nas universidades públicas (148.402 nas federais) e em 2015 chegou a 405.471 discentes (271.832 em federais), um aumento de 83,2% no período. Também ocorreu incremento na força de trabalho docente com o aumento das contratações por meio de concursos públicos. Em 2006 havia 88.344 docentes em exercício nas universidades públicas, em 2015 esse número subiu para 137.452 docentes em exercício, sendo que o maior aumento ocorreu nas universidades federais, de 49.582 subiu para 87.308 docentes (incremento de 76,0%) (BRASIL, 2006; 2016).

O acréscimo no número de discentes e docentes não foi acompanhado, proporcionalmente, pelo aumento no número de servidores técnicos gerando sobrecarga aos docentes ao ser demandada a execução de atividades administrativas (LEMOS, 2014). Apesar da ampliação do contingente de docentes, em algumas universidades esse aumento foi bem aquém do necessário para atender às demandas criadas, resultando na intensificação do trabalho (BORSOI, 2012). Destaca-se a importância do REUNI para a expansão e democratização do acesso ao ensino superior, contudo tal expansão muitas vezes ocorreu de forma desordenada, com insuficiência de recursos para atender o quantitativo de discentes, adequar a infraestrutura e suprir demais gastos gerados com a implantação do programa nas universidades, levando a precarização do trabalho docente (GUERRA; ROCHA, 2019).

É perceptível a expansão da atividade docente nas universidades públicas, sendo diversas as atribuições impostas, à parte seu interesse e, muitas vezes, sua carga horária. Além de planejar, ministrar aulas e corrigir provas, comumente suas atividades envolvem: elaborar e preencher relatórios e formulários, coordenar atividades, participar de reuniões, assumir

departamentos/coordenações, elaborar e gerenciar projetos de pesquisa e de extensão, publicar trabalhos, buscar recursos externos, prestar contas de projetos, responder e-mails institucionais, orientar alunos, atender solicitações da instituição e alunos, participar de comissões, prestar consultorias, gerenciar processos, participar de eventos da área de atuação, dentre outras variadas atividades (CARLOTTO; PALAZZO, 2006; MANCEBO, 2007; MOURA *et al.*, 2019).

Visando atender a tantas exigências, geralmente, os docentes precisam estender sua jornada de trabalho, ultrapassando a carga horária diária. Com o emprego das tecnologias, transformam o tempo de não trabalho em tempo de trabalho, intensificando sua jornada laboral em decorrência da ampliação do rol de funções exigidas (GUIMARÃES; CHAVES, 2015). O trabalho docente flexível e multifacetado, caracterizado por atividades e demandas variadas e contínuas, provoca mudanças na jornada de trabalho tanto de ordem intensiva, com aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo, quanto extensiva, com maior tempo dedicado ao trabalho, ambas facilitadas pelas novas tecnologias (MANCEBO, 2007). A natureza do trabalho docente permite, dentre outras especificidades, que seja realizado fora do ambiente institucional; que exceda os limites específicos da jornada regimental; e que haja um relativo controle do docente sobre suas atividades, inclusive sobre os horários em que se faz presente na instituição. Desta forma, um computador com acesso à internet e um telefone são suficientes para manter o elo do docente com a instituição, em tempo integral, independentemente de onde esteja (BORSOI, 2012).

Tal dinâmica de trabalho leva a uma rotina exaustiva que deve ser administrada e incorporada às demais dimensões e papéis assumidos pelos docentes no âmbito de sua vida privada (GARCIA; BENEVIDES-PEREIRA, 2003). A invasão da esfera privada pela esfera do trabalho, muitas vezes, é facilitada pela autonomia caracterizada pela não obrigatoriedade de o docente permanecer na universidade durante toda a jornada de trabalho, possibilitando a realização das atividades acadêmicas fora do espaço universitário (BORSOI, 2012). A mesma autonomia que, na maioria das vezes, é considerada um aspecto positivo da profissão pode ser prejudicial quando não há coerência e equilíbrio com as demais dimensões da vida. A exigência de um novo perfil profissional, adaptado às rápidas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, demanda que o docente seja flexível e polivalente, porém nem sempre lhe são fornecidos os subsídios necessários para essa adaptação, contribuindo para o agravamento do quadro de tensão e desequilíbrio emocional nesses profissionais (CUNHA, 2009).

O processo de depreciação contínua da atividade docente como reflexo da precarização da educação superior tem gerado um ambiente de trabalho insalubre. Neste sentido, a literatura tem evidenciado que o trabalho desenvolvido pelos docentes universitários, frente às atuais configurações de trabalho, tem trazido repercussões negativas à saúde mental destes

profissionais (BORSOI, 2012; CRUZ *et al.*, 2010; FORATTINI; LUCENA, 2015; LEMOS, 2014; LIMA; LIMA-FILHO, 2009, MOURA *et al.*, 2019).

ADOCIMENTO MENTAL EM DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

A docência conforma uma categoria profissional caracterizada pela heterogeneidade, considerando as diferenças de funções, atribuições, desafios, reconhecimento e condições de trabalho de acordo com o nível de ensino e tipo de instituição. A docência no nível de ensino superior é destacada como uma atividade diversa e complexa em decorrência de influências das políticas educacionais e das relações entre a universidade e sociedade. Os docentes de universidades públicas, com vínculo efetivo, estão em condições trabalhistas melhores, comparando-se com docentes do ensino básico ou mesmo com docentes de instituições privadas de ensino superior, levando em conta salários, plano de carreira, maior autonomia e reconhecimento (CARLOTTO; CÂMARA, 2017).

Em decorrência das novas ordenações e da estratégia neoliberal, adotadas pelo estado brasileiro, desencadeou-se um processo de sobrecarga e de condições inadequadas de trabalho, com sérias consequências para a saúde docente, em especial exaustão emocional e física (LIMA; LIMA-FILHO, 2009). A pressão pela produção científica e por resultados, a exigência de titulação como critério obrigatório, as competências didática, administrativa, comunicacional, intelectual e a elevada carga de trabalho se configuram como exigências desgastantes que levam o docente ao esgotamento (FORATTINI; LUCENA, 2015).

Diehl e Marin (2016) traçaram um panorama dos estudos brasileiros realizados nos últimos anos a respeito do adoecimento mental docente e constataram que a organização do trabalho, a pressão pela produção intelectual, a falta de reconhecimento pelo trabalho desempenhado, a sobrecarga laboral e as precárias condições do ambiente físico são alguns dos fatores que podem levar ao adoecimento mental do docente. Neste sentido, o trabalho docente pode ser caracterizado pela multiexposição a fatores desestruturantes de natureza psicossocial que gera nos docentes de instituições de ensino superior um processo de fragilização orgânica, existencial e identitária constituindo-se em um trabalho patogênico (LEMOS, 2014). Os constantes desgastes aos quais os docentes estão submetidos no dia a dia de trabalho impactam significativamente sua saúde mental influenciando na determinação de alguns grupos de transtornos mentais, destacando-se a Síndrome de *Burnout* e os Transtornos Mentais Comuns (CRUZ *et al.*, 2010).

A Síndrome de *Burnout* pode ser definida como uma resposta ao estresse laboral crônico, de caráter interpessoal e emocional, caracterizada por baixa ilusão pelo trabalho, desgaste

psíquico, indolência e culpa (GIL-MONTE, 2008), porém não deve ser confundida com o estresse (CODD; VASQUES-MENEZES, 1999).

Um modelo conceitual bastante difundido define a Síndrome de *Burnout* em três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional.

A exaustão emocional representa a dimensão básica do estresse individual do *Burnout*, caracteriza-se pelo excesso e redução de recursos emocionais e físicos com esgotamento de energia física ou mental, de entusiasmo e de recursos emocionais, aos quais se somam sentimentos de frustração e tensão ao perceberem a incapacidade de gerenciar o campo afetivo. A despersonalização representa a dimensão do contexto interpessoal do *Burnout*. Nela ocorre o desenvolvimento de uma insensibilidade emocional com a “coisificação” dos contatos diários com o público que é tratado com ironia, cinismo e de maneira desumanizada. Há uma perda do sentimento de que se está lidando com outro ser humano e uma crítica exagerada a tudo e a todos. A diminuição da realização profissional representa a dimensão de autoavaliação do *Burnout*. Caracteriza-se pela tendência do trabalhador a se avaliar de forma negativa, com sentimentos de que o trabalho desempenhado não lhe é útil ou que as tarefas que lhe são atribuídas estão além do que é capaz de realizar ou incompatível com seus proventos, tornando-se infeliz e insatisfeito com seu desenvolvimento profissional. (CARLOTTO; PALAZZO, 2006; CODD; VASQUES-MENEZES, 1999).

É consenso entre os pesquisadores do fenômeno a influência direta do mundo do trabalho como uma condição determinante da síndrome (PAIVA; GOMES; HELAL, 2015). A literatura especializada comprova que *Burnout* possui elevada prevalência em profissionais do setor de serviços com intenso contato com pessoas (GIL-MONTE, 2008), sendo a categoria docente muito vulnerável (MASSA *et al.*, 2016). Na natureza da função docente ou no contexto institucional e social em que é exercida existem diversos estressores psicossociais que podem desencadear o *Burnout* (CARLOTTO; PALAZZO, 2006). Violência, falta de segurança, excesso de burocracia, transferências involuntárias, críticas da opinião pública, salas superlotadas, falta de autonomia, salários inadequados, falta de perspectivas de crescimento na carreira e falta de rede de apoio social são fatores associados à Síndrome de *Burnout* em docentes (CODD; VASQUES-MENEZES, 1999).

A intensificação do trabalho docente somada à falta de reconhecimento, desvalorização e perda do significado social têm levado este profissional a um estado de angústia e frustração (FORATTINI; LUCENA, 2015). Além disso, o cotidiano de trabalho marcado pela correria diária, alterações de humor que ocorrem nas relações professor-aluno, sobrecarga de atividades, pressão por publicação, aprendizagem de novos recursos tecnológicos e o foco em resultados acadêmicos efetivos demanda constantes adaptações e leva a uma rotina fatigante que

predispõe os docentes ao *Burnout* (GARCIA; BENEVIDES-PEREIRA, 2003; PAIVA; GOMES; HELAL, 2015).

A Síndrome de *Burnout* é considerada uma das doenças mentais que mais afetam os docentes de instituições federais de ensino superior no Brasil (FORATTINI; LUCENA, 2015). Massa *et al.* (2016), em pesquisa realizada com 49 docentes de uma instituição de ensino superior pública do Rio de Janeiro-RJ evidenciou que aproximadamente um quarto dos docentes apresentou sintomas compatíveis com *Burnout* (12,2% apresentaram nível leve, 12,2% moderado e 6,1% nível alto). Em Piracicaba-SP, um estudo envolvendo 169 docentes de sete instituições de ensino superior, públicas e privadas, evidenciou que 11,2% dos docentes apresentaram Perfil 1 da Síndrome de *Burnout* (mal-estar moderado que não incapacita o indivíduo para o trabalho, caracterizado pela presença de baixos níveis de ilusão pelo trabalho e altos níveis de desgaste psíquico e indolência) e 3% o Perfil 2 (situação mais deteriorada pela síndrome que inclui, além dos baixos níveis de ilusão e altos níveis de desgaste e indolência, sentimentos de culpa) (COSTA *et al.*, 2012).

Mais recentemente, um estudo realizado com 100 docentes universitários de quatro instituições públicas e privadas do município de Caicó-RN, revelou que 61,6% dos docentes encontravam-se na fase inicial da síndrome, 35,3% no início de instalação e 2,1% com possível quadro de desenvolvimento de *Burnout*. Número elevado de disciplinas ministradas e presença de alguma doença de base foram os fatores que se associaram significativamente com a síndrome de *Burnout* na amostra investigada (LEITE *et al.*, 2019). Baptista *et al.* (2019), em estudo que abordou 99 docentes de universidades públicas e privadas de São Paulo revelou que 52% da amostra apresentou nível médio de *Burnout*. Quanto aos fatores associados, eventos estressores no trabalho e sintomatologia depressiva apresentaram correlação positiva significativa com a síndrome. Os autores compararam os docentes das instituições públicas e privadas e verificaram que os docentes de universidades públicas demonstraram maior nível de desgaste psicológico.

Lima e Lima-Filho (2009), em pesquisa realizada em um campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul envolvendo 181 docentes, evidenciaram uma alta porcentagem e diversidade de queixas relacionadas a sintomas psicossociais. Concluíram que os docentes estudados apresentavam exaustão emocional, considerando a elevada prevalência de sintomas característicos da síndrome como cansaço mental (53,9%), estresse (52,4%), ansiedade (42,9%), esquecimento (42,9%), frustração (37,8%), nervosismo (31,1%), angústia (29,3%), insônia (29,1%) e depressão (16,8%). Os autores atribuíram tais sintomas à sobrecarga e à falta de condições adequadas de trabalho.

O ambiente de trabalho caracterizado pela cobrança de maior produção e produtividade exige adaptações que podem favorecer a elevação do grau de estresse podendo chegar a quadros de *Burnout*. (PAIVA; GOMES; HELAL, 2015). As situações de precarização, as quais os docentes estão submetidos em seu dia a dia de trabalho, geram sobrecarga e tensão que os expõem a um sofrimento emocional intenso. Neste cenário, as frustrações, decepções e sentimentos de impotência desenvolvidos pelos docentes, devido às condições e organizações do trabalho, configuram-se como elementos importantes no processo de desenvolvimento da Síndrome de *Burnout* (CUNHA, 2009).

Apesar das elevadas prevalências e de ser uma importante causa de afastamento do trabalho, ainda são reduzidos os estudos epidemiológicos sobre *Burnout* envolvendo docentes de universidades públicas, comparando-se com outros níveis de ensino e tipos de instituições. Além disso, observa-se uma variedade de abordagens metodológicas que dificultam a análise e comparação entre os estudos. Recentemente, a Organização Mundial de Saúde incluiu a síndrome de *Burnout* na 11ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11). Classificou como um fenômeno específico do contexto do trabalho ocupando o capítulo referente às razões pelas quais as pessoas procuram serviços de saúde, mas que não são classificadas como doenças ou condições de saúde. A síndrome já havia sido incluída na CID-10, porém sua definição foi mais detalhada, o que pode contribuir para o estabelecimento de uma padronização em estudos futuros (OPAS, 2019).

Assim como o *Burnout*, o grupo dos Transtornos Mentais Comuns (TMC) destaca-se pela elevada frequência com que acometem docentes universitários (ARAÚJO; CARVALHO, 2009; GARCIA; BENEVIDES-PEREIRA, 2003).

TMC são manifestações de sofrimento mental de natureza não psicótica e engloba os quadros depressivos, ansiosos e somatoformes categoricamente classificados como tais, assim como as manifestações de sofrimento que não necessariamente preenchem todos os critérios diagnósticos para estes transtornos presentes na Classificação Internacional de Doenças. Caracterizam-se por múltiplos sintomas, tais como insônia, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração, queixas somáticas inespecíficas e uma variedade de manifestações que poderiam ser caracterizadas como sintomas depressivos, ansiosos ou somatoformes (FONSECA; GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2008).

Embora seja um grupo de transtornos bastante frequente em docentes e apresente elevadas taxas de prevalência, ainda são escassos estudos epidemiológicos envolvendo docentes universitários.

Uma pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde em docentes descreveu os resultados de oito estudos epidemiológicos realizados no estado da Bahia, em todos os níveis de ensino (da educação infantil ao nível superior), e evidenciou níveis elevados de prevalência de TMC em todos os estudos. Considerando os professores universitários, as prevalências globais de TMC na Universidade Federal da Bahia (n=257) e na Universidade Estadual de Feira de Santana (n=314) foram de 18,7% e 19,3%, respectivamente, ou seja, os transtornos atingiram aproximadamente cerca de 1/5 dos entrevistados. Características do trabalho docente como trabalho repetitivo, insatisfação no desempenho das atividades, desgaste nas relações professor-aluno, ambiente intranquilo, falta de autonomia no planejamento das atividades, ritmo acelerado de trabalho, desempenho das atividades sem materiais e equipamentos adequados e salas inadequadas associaram-se positivamente a níveis estatisticamente significantes de TMC na população estudada. Considerando os aspectos psicossociais do trabalho, os autores concluíram que o trabalho realizado em situação de alta exigência, envolvendo alta demanda psicológica e baixo nível de controle sobre o trabalho, estava associado à maior prevalência de TMC (ARAÚJO; CARVALHO, 2009).

No Rio Grande do Sul, uma pesquisa seccional com 130 docentes do curso de enfermagem de seis universidades federais evidenciou uma taxa de prevalência próxima às encontradas nas universidades da Bahia. A prevalência global de Distúrbios Psíquicos Menores, que hoje são chamados de TMC, na população estudada foi de 20,1% (TAVARES *et al.*, 2012). Outro estudo envolvendo docentes da área de saúde, de cursos de graduação em fisioterapia, de instituições públicas e privadas da cidade de Recife, encontrou uma taxa geral de prevalência de TMC de 23,2% (FIGLIOULO; LIMA; LAURENTINO, 2011).

Estudo realizado com 340 docentes de uma universidade pública da Bahia revelou prevalência de 28% de TMC na amostra investigada. Dentre os fatores associados ao referido transtorno: ministrar aulas para o doutorado apresentou uma prevalência de TMC 1,7 vezes maior comparado aos que não lecionavam neste nível de ensino; não realizar atividade de lazer apresentou uma prevalência 2,4 vezes maior do que realizar; dormir menos de oito horas apresentou uma prevalência 5,3 vezes maior do que aqueles que disponibilizavam 8 horas ou mais de sono; e disponibilidade de até uma hora para refeições apresentou prevalência 80% maior de TMC, comparado aos que tinham disponibilidade de tempo maior/igual a uma hora para a realização das refeições. A maior prevalência de TMC entre os docentes novamente ocorreu em situação de alta exigência (33,3%) (SANTOS, 2016).

Mais recentemente, um estudo envolvendo 273 docentes de uma universidade pública também da Bahia evidenciou prevalência ainda mais elevada. Estimou-se a taxa de 30% de TMC na população estudada. Nele, evidenciou-se que não realizar atividades de lazer, dormir

menos de 8 horas e possuir qualidade de vida ruim foram os fatores que se associaram positivamente aos TMC (AZEVEDO, 2017).

Mendes *et al.* (2007), em pesquisa cujo objetivo foi verificar os significados e o sofrimento no trabalho de docentes universitários, observaram, com base nos depoimentos, que as condições nas quais os docentes estavam inseridos geravam desprazer sem precedentes, o que comprometia os ganhos positivos que a satisfação de ser docente, nesse nível de ensino, poderia representar. Segundo os autores, a profissão do docente universitário possibilita tanto o sentimento de satisfação quanto de sofrimento. A satisfação é possibilitada ao permitir materializar todo conhecimento adquirido em ensino e pesquisa, assim como atender às pulsões ligadas aos anseios do conhecimento. Por outro lado, a instituição burocrática, a falta de interesse dos alunos, a ambivalência das relações e o excesso de autoexigência são condições que tendem a causar sofrimento pela incapacidade de os docentes envolvidos realizarem mudanças nestes aspectos.

Para Borsoi (2012), a sobrecarga laboral, as condições inadequadas de trabalho, a jornada diária de trabalho sem uma delimitação clara de tempo e a pressão pela produtividade formam um conjunto de fatores que conformam uma percepção negativa do trabalho docente. Tais fatores somados às cargas afetiva e emocional da profissão geram uma expressiva tensão mental que, não sendo resolvida, podem levar ao desequilíbrio das emoções e comportamentos, com alterações no estado mental e conseqüente comprometimento do desenvolvimento do trabalho docente (MOURA *et al.*, 2019). Estes profissionais, ao vivenciar o centro do processo de precarização institucional, vão ficando cada vez mais pressionados pela superposição de tensões, contradições e controles que impactam na saúde, podendo gerar adoecimento e afastamento do trabalho (LEMOS, 2014). Assim, o adoecimento mental docente traz prejuízos não apenas para o profissional diretamente, mas também para a instituição, considerando o possível comprometimento da qualidade de ensino e das relações interpessoais, além dos prováveis afastamentos e até abandonos do trabalho que geram custos elevados para a instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a hegemonia do neoliberalismo que atingiu a universidade pública brasileira a partir da década de 1990, passaram a compor o cenário do trabalho docente características próprias da forma de organização social do capitalismo, com valorização da produtividade e do lucro. Variadas formas de precarização do trabalho passaram a ser realidade dentro das instituições universitárias gerando impactos tanto na rotina do trabalho quanto na saúde dos docentes. As novas configurações de trabalho, marcadas pela intensificação da jornada, sobrecarga de

trabalho, superposição de atividades e excesso de controle pela instituição, inibem a manifestação dos comportamentos livres dos docentes reduzindo sua satisfação e autonomia.

Consequentemente, o trabalho tem gerado sofrimento e, muitas vezes, adoecimento mental na medida em que os desejos do docente entram em conflito com a organização e demandas do trabalho. Neste sentido, considera-se importante reavaliar criticamente os valores produtivistas que estão norteando as universidades públicas brasileiras e seus impactos na saúde mental dos docentes, especialmente no que diz respeito à lógica das avaliações, dos prazos, das cobranças e inúmeras exigências que subordinam esses trabalhadores a situações precárias de trabalho.

Alerta-se para a falta de conhecimento ou de interesse a respeito dos transtornos mentais, tanto por parte dos gestores como pelos próprios docentes. O desconhecimento e o desinteresse pela temática, além da resistência ou negação, impedem que o docente procure ajuda especializada, dificultando o rastreamento e diagnóstico, levando a dados imprecisos. Ainda assim, as taxas de prevalência de transtornos mentais, evidenciadas em estudos epidemiológicos envolvendo docentes, são expressivas e demonstram que é preciso e urgente dar atenção especial ao tema. Assim, é necessário pensar em atividades de conscientização e redes de apoio, especialmente no ambiente acadêmico, por meio de campanhas, eventos, atividades terapêuticas, cartilhas explicativas, dentre outras ações que visem desmistificar e ampliar o conhecimento a respeito da saúde e adoecimento mental, incentivando a identificação precoce de transtornos, o cuidado à saúde e o correto tratamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings. *Revista Lusófona de Educação*, Campo Grande, Lisboa, v. 32, n. 32, p. 11-30, 2016.

ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando Martins. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009.

AZEVEDO, Caroline Almeida de. *Trabalho intensificado e os Transtornos Mentais Comuns em docentes de uma Universidade Pública na Bahia*. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

BAPTISTA, Makilim Nunes *et al.* Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 564-570, jan./mar. 2019.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de ensino superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-100, jun. 2012.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2006*. Brasília: INEP 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 9 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2015*. Brasília: INEP 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 9 fev. 2017.

CARLOTTO, Mary S.; PALAZZO, Lílian dos Santos. Síndrome de *burnout* e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1017-1026, maio 2006.

CARLOTTO, Mary S.; CÂMARA, Sheila G. Riscos psicossociais associados à síndrome de *burnout* em professores universitários. *Avances em Psicología Latinoamericana*, Bogotá, v. 35, n. 3, p. 447-457, 2017.

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES, Iône. O que é *burnout*. In: CODO, Wanderley (org.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.

COSTA, Ludmila da Silva Tavares *et al.* Prevalência da síndrome de *burnout* em uma amostra de professores universitários brasileiros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 26, n. 4, p. 636-642, 2012.

CRUZ, Roberto Moraes *et al.* Saúde docente, condições e carga de trabalho. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia*, n. 4, p. 147-160, jul. 2010. Disponível em: <http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/1024>. Acesso em: 8 out. 2016.

CUNHA, Kátia Waléria Vieira da. *A produção científica no Brasil nos anos de 2003 a 2008 sobre Síndrome de burnout e docência*. 2009. 57 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela H. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016.

FIGLIOULO, Danielle S. da S.; LIMA, Pedro O. P.; LAURENTINO, Glória E. C. Estresse ocupacional e fadiga em fisioterapeutas que exerciam função de docência em universidades da cidade de Recife/PE. *Terapia Manual*, São Paulo, v. 9, n. 43, p. 231-237, 2011.

FONSECA, Maria L. G.; GUIMARÃES, Maria B. L.; VASCONCELOS, Eduardo M. Sofrimento difuso e transtornos mentais comuns: uma revisão bibliográfica. *Revista de Atenção Primária à Saúde*, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 285-294, jul./set. 2008.

FORATTINI, Cristina D.; LUCENA, Carlos A. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 1, n. 2, p. 32-47, maio/ago. 2015.

GARCIA, Lenice P.; BENEVIDES-PEREIRA, Ana M. Investigando o *burnout* em professores universitários. *Revista Eletrônica InterAção Psy*, Maringá, n. 1, p. 76-89, ago. 2003. Disponível em: http://www.saudeetrabalho.com.br/download_2/burnout-prof-universitario.pdf. Acesso em: 20 jan. 2016.

GIL-MONTE, Pedro R. El síndrome de quemarse por el trabajo (*burnout*) como fenómeno transcultural. *Informació Psicológica*, Valencia, Espanha, n. 91-92, p. 4-11, set./abr. 2008.

GUERRA, Agercicleiton C.; ROCHA, Antônia R. M. Reuni no contexto das universidades federais: números, avanços e retrocessos. *Revista Praxis Pedagógica*, Porto Velho, v. 2, n. 2, p. 139-157, maio/ago. 2019.

GUIMARÃES, André R.; CHAVES, Vera L. J. A intensificação do trabalho docente universitário: aceitações e resistências. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia, v. 31, n. 3, p. 567-586, set./dez. 2015.

LEITE, Tatiane Isabela de Araújo *et al.* Prevalência e fatores associados da Síndrome de *Burnout* em docentes universitários. *Rev. Bras. Med. Trab.*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 170-179, 2019.

LEMOS, Denise. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 1, p. 103-118, 2011.

LEMOS, Denise Vieira da Silva. Precarização do trabalho docente nas Federais e os impactos na saúde: o professor no seu limite. *Entreideias*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 95-109, jan./jun. 2014.

LIMA, Maria de F. E. M.; LIMA-FILHO, Dario de O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências e Cognição*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, 2009. Disponível em: http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_3/m253.pdf. Acesso em: 8 out. 2016.

LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Universidade produtiva e trabalho docente flexibilizado. *Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2006.

MANCIBO, Deise. Trabalho Docente: Subjetividade, Sobreimplicação e Prazer. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 74- 80, 2007.

MASSA, Lilian Dias Bernardo *et al.* Síndrome de *Burnout* em professores universitários. *Revista Terapia Ocupacional*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 180-189, maio/ago. 2016.

MENDES, Luciano *et al.* Da arte ao ofício: vivências de sofrimento e significado do trabalho de professor universitário. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 527-556, set. 2007.

MOURA, Juliana da Silva *et al.* A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v. 19, n. 40, p. 1-17, jan./abr. 2019.

OPAS Brasil. CID: *Burnout* é um fenômeno ocupacional. Brasil, 28 maio 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5949:cid-burnout-e-um-fenomeno-ocupacional&Itemid=875. Acesso em: 08 nov. 2019.

PAIVA, Kely C. M. de; GOMES, Maria A. do N.; HELAL, Diogo H. Estresse ocupacional e síndrome de *Burnout*: proposição de um modelo integrativo e perspectivas de pesquisa junto a docentes do ensino superior. *Gestão e Planejamento*, Salvador, v. 16, n. 3, p. 285-309, set./dez. 2015.

PAZ, Suelayne L. da; OLIVEIRA, João F. de. O trabalho docente no magistério superior em tempos de crise e de reconfiguração. *Rev. Cient.*, São Paulo, n. 46, p. 109-130, maio/ago. 2018.

SANTOS, Daniel Alberto Santos e. *Estresse ocupacional e transtornos mentais comuns entre professores universitários*. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

SANTOS, Fernando S.; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Coimbra: EduCoimbra; Brasília: Editora UnB, 2012. 237 p.

SILVA, Maurício R. da; PIRES, Giovani D. L.; PEREIRA, Rogério S. A política de devastação e autoritarismo de Bolsonaro, ‘o exterminador do Brasil’: ‘future-se’ para o abismo, sofrimento e adoecimento de Brasil e a urgente resistência ativa. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 31, n. 59, p.1-15, jul./set. 2019.

SILVA-JUNIOR, João S.; FISCHER, Frida M. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. *Rev. Bras. Epidemiologia*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 735-744, out./dez. 2015.

TAVARES, Juliana Petri *et al.* Distúrbios psíquicos menores em enfermeiros docentes de universidades. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, jan./fev. 2012.

Taís Cordeiro Campos

Graduada em Fisioterapia (EBMSP-2004), especialista em Fisioterapia Dermatofuncional (UGF-2012) e mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA-2018). Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. taiccampos@gmail.com

Renata Meira Vêras

Graduada em Psicologia (UFP-2001) e Fisioterapia (Centro Universitário JP-2005), mestre em Psicologia (UFP-2004) e doutora em Psicologia Social (UFRN-2010). Professora Associada do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFBA e membro do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da UFBA. Bolsista produtividade. renatameiraveras@gmail.com

Tânia Maria de Araújo

Graduada em Psicologia (UFMG-1990), mestre em Saúde Comunitária (UFBA-1994), doutora em Saúde Pública (UFBA-1999), pós-doutora (University of Massachusetts-2004). Professora Titular Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana, membro dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UEFS) e de Saúde, Ambiente e Trabalho (UFBA). araujo.tania@uefs.br